



RAC - Revista de Administração

Contemporânea

ISSN: 1415-6555

rac@anpad.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Administração
Brasil

Faria, Alexandre

Réplica: ampliando questionamentos sobre crítica em administração

RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 9, núm. 1, janeiro-março, 2005, pp. 1-16

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84090112>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RÉPLICA: AMPLIANDO QUESTIONAMENTOS SOBRE CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Faria

Convidado a debater o texto de Misoczky e Amantino-de-Andrade, acabei redigindo um texto mais longo do que uma simples réplica por ter sentido necessidade de contextualizar os estudos críticos em administração (*Critical Management Studies – CMS*) para desenvolver de forma mais completa minhas reflexões. Contando com a generosidade e orientação do editor, este texto está dividido em cinco partes. Na primeira, tento mostrar que o texto das autoras faz parte de importante reação cultural no contexto da globalização iniciado nos anos 1990 no Brasil; na segunda, me concentro na crítica a crítica da crítica feita pelas autoras; na terceira, tento entender a emergência da crítica na academia anglo-americana no contexto da globalização com o propósito de realçar questões subjacentes ao texto das autoras; na quarta, apresento um entendimento do contexto em que emergiu o tipo de crítica que é criticada pelas autoras; na última seção, apresento os principais pontos de ‘fechamento’ da réplica.

A GLOBALIZAÇÃO E O MOVIMENTO CULTURAL NO BRASIL NOS ANOS 1990

A globalização resultou na (e foi fortalecida pela) expansão global da academia e do conhecimento em administração. Correspondentemente, a globalização intensificou a partir do início dos anos 1990 em diversos países, a hegemonia dos EUA nessa área do conhecimento (BOYACIGILLER; ADLER, 1991). Esse processo, similar ao de formação de uma cultura global na área, não se deve somente aos acadêmicos, mas também aos interesses e ações de grandes empresas de consultoria, grandes corporações e outros agentes que de uma forma ou de outra ‘governam’ a ciência (LATOUR, 1987; LOCKE, 1996).

Assim como em outros ‘mercados’ a intensificação da hegemonia dos EUA em administração a partir do início dos anos 1990 provocou reações de ‘consumidores’. Mais especificamente, a mesma resultou em um movimento

‘cultural’ – exemplificando a simultaneidade de processos de integração e desintegração cultural no contexto da globalização (FEATHERSTONE, 1990) – no meio acadêmico brasileiro. Em meados dos anos 1990, em paralelo a um processo de acelerada expansão e amadurecimento da academia local, um razoável número de pesquisadores brasileiros criticou abertamente a importação de conhecimento produzido nos países mais desenvolvidos na crescente área de administração.

Tendo o conhecimento ‘*mainstream*’ e o ‘eixo’ anglo-americano como principais alvos, esses autores ressaltam que pesquisadores locais deveriam se ocupar mais em produzir conhecimento em administração que faça sentido para o contexto local do que em reproduzir o conhecimento produzido no ‘estrangeiro’ (RODRIGUES; CARRIERI, 2001; MOTTA; CALDAS, 1997). Esse movimento, o qual ressalta o caráter situacional ou local do conhecimento científico, parece não ter alcançado o esperado impacto na academia de administração no Brasil. Tampouco parece ter alcançado o esperado impacto em empresas no Brasil.

O significado dominante da globalização – de que conhecimento em administração segue a tendência de integração/universalização – inibe o fortalecimento de reações locais porque as mesmas acabam sendo associadas a termos que passaram a ter significados negativos, tais como ‘protecionismo’, ‘nacionalismo’ ou ‘xenofobia’. Em outras palavras, enquanto o significado minoritário da globalização nos leva a reações ‘culturais’, o significado dominante nos leva à idéia de que é contraproducente desafiar o estrangeiro.

Ademais, existem outros mecanismos bem mais ‘pragmáticos’. A expansão global da academia trouxe a idéia de que a publicação de conhecimento em periódicos em língua inglesa, a maioria dos mesmos publicados nos EUA, é requisito para que conhecimento local seja relevante. Apesar de um trabalho referente ao movimento cultural ter sido publicado em língua inglesa em periódico (ver CALDAS; WOOD, 1997), não parece muito interessante para as carreiras de pesquisadores individuais, nem para a academia brasileira, produzir conhecimento que desafie a conexão anglo-americana.

Uma das consequências negativas desses mecanismos da globalização é o bloqueio da importância de compreendermos a constituição do conhecimento científico em outras terras. A sociologia do conhecimento científico (SCC) – área dedicada à análise do conhecimento científico como um empreendimento histórico, social e político –, ainda é infante em países desenvolvidos (SHAPIN, 1995) e extensamente desprezada por pesquisadores no Brasil. O texto das autoras, analisado sob uma abordagem sócio-histórica, é uma importante contribuição para desafiar tais mecanismos.

A GLOBALIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA

Em meados da primeira década desse novo século, o texto de Misoczky e Amantino-de-Andrade reacende o movimento cultural no Brasil. Diferentemente dos autores do movimento ‘cultural’, o conhecimento crítico em administração, e não mais o *mainstream*, é o foco de atenção. Essa mudança de foco pode ser interpretada como reflexo de um certo processo de amadurecimento que vem ocorrendo na academia de administração.

A maioria dos autores que desafiou o ‘estrangeiro’ em meados dos anos 1990 no Brasil não contemplou a vertente crítica que emergia no início dos anos 1990. Em realidade, alguns desses autores usaram trabalhos de autores vinculados ao *Critical Management Studies* (CMS), implícita ou explicitamente, para estender e aprofundar suas críticas contra o ‘estrangeiro’.

As autoras ecoam uma preocupação de central importância – certamente desconhecida pela maioria dos acadêmicos em administração e ignorada pelos praticantes em todo o mundo – para alguns pesquisadores dos EUA e do Reino Unido (RU) comprometidos com a constituição da vertente crítica emergente no contexto anglo-americano: distinguir o que é ‘crítico’ e o que é ‘não crítico’ em administração (ADLER, 2002; ALVESSON; WILLMOTT, 1992; BÖHM; SPOELSTRA, 2004; GREY; WILLMOTT, 2002; PARKER, 2002).

Por meio de uma abordagem provocativa, as autoras se alinham à proposta crítica mais radical, se referenciando ao trabalho de Paul Adler. Assim como fizeram alguns dos autores do movimento cultural, elas sustentam sua argumentação por meio da valorização do trabalho de importantes acadêmicos no Brasil que teriam seguido a crítica do tipo radical (dentre os quais se destacam Fernando Prestes Motta, Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg).

No fundo, elas se alinham a autores que argumentam que Teoria Crítica em administração é um paradoxo de pouco provável solução. Entretanto, as autoras desconsideram os argumentos de que as coisas não são bem assim. Antes de se definir o que é ou não crítica em administração, é necessária a compreensão – e aqui a SCC é de central importância – do que é a área de administração.

When Charles Perrow said that CMS is an oxymoron he was in effect arguing that CMS was an impossible position. How could it be critical when the fundamental commitments of management theory are to support the ends and means that CMS has to disavow in order to get

leverage for its critique ? I believe that this position overstates the case, yet reveals a dilemma ... Even a superficial review of the history of management education would reveal shifts in the range of history of opinions about the role of the corporation in society, the division of shares between owners, managers and workers, the relationship of firms to the state, and the responsibilities of the corporation to local, national and global communities. Thus, there is plenty of room for a critical approach within management education and research (ZALD, 2002, p. 379-380).

Correspondentemente, outra questão desconsiderada é que apesar de Paul Adler (2002) argumentar, em reprodução ao que é apresentado no website do CMSW, que prefere uma posição mais radical, o autor defende uma proposta ‘intermediária’ que desafia pesquisadores nos EUA que criticam o CMS de Alvesson e Willmott. Mais especificamente, Adler argumenta, baseado em uma revisão histórico-teórica do marxismo que reproduz princípios do SCC, que as posições ‘militante’ (associada aos radicais ou revolucionários) e ‘humanista’ (associada aos reformistas ou ‘micro-emancipadores’) não são incompatíveis. Segundo o autor essas posições compõem uma terceira posição, denominada por ele de ‘progressista’.

On the progressive view, managers at pretty much all levels in a capitalist corporation play a contradictory role. On the one hand, they are part of what Marx called the ‘collective worker’, contributing expertise and assuring coordination. On the one hand they ate the agents of the intrinsically exploitative wage relation and of the coercive domination of the market...

Many people, especially among proponents of the militant view ... criticize this progressive position. Some argue that managers play no productive role, by definition. Others accept that it is meaningful to distinguish these two roles, but argue that the productive one is only ‘notional’ because in a capitalist society it manifests itself only in the form of the latter, exploitative role.

I think these criticisms are wrong in theory and in practice. In theory, the contradiction between the two roles played by managers – just like the contradictions between other basic pairs in marxist theory, most fundamentally, use value/exchange value and forces of production/relations of production – is real, not just notional. It is not just a contradiction between what should be and what is. It is a real contradiction between two objective forces whose interaction shapes the dynamics of change (ADLER, 2002, p. 391-392).

Isso quer dizer que a crítica das autoras está equivocada? De certa forma, sim. De certa forma, não. Tendo em vista a influência dos significados da globalização e de impactos materiais correspondentes, a reserva em relação ao ‘estrangeiro’ demonstrada por Misoczky e Amantino-de-Andrade nesse texto merece toda nossa simpatia. Conscientemente ou não, elas reproduzem e reacendem o movimento cultural no Brasil iniciado em meados dos anos 1990.

As autoras parecem querer dizer que em um país que carrega tantas assimetrias e desigualdades internas, além dos processos históricos de discriminação, colonização e exclusão na arena internacional (incluindo o âmbito acadêmico), não parece razoável que pesquisadores anglo-americanos ou brasileiros suprimam os conteúdos e propósitos mais radicais e estruturais da crítica. Isso ajuda a explicar por que, apesar de se identificarem com a vertente mais radical defendida por pesquisadores baseados nos EUA, as autoras ressaltam que a crítica já existia no Brasil antes da constituição do CMSW e do CMS.

Sob uma abordagem de análise mais abrangente (estou aqui tentando ‘fisgar iscas’ e me engajar na chamada abordagem ‘enamorada’ de leitura – ver Misoczky, 2004), argumento que as autoras, implicitamente, estariam preocupadas com mecanismos e interesses subjacentes ao complicado processo de constituição e expansão do conhecimento em administração no contexto da globalização.

A GLOBALIZAÇÃO E A CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO

O significado dominante da globalização – de integração do conhecimento em um mundo ‘sem-fronteiras’ – tem ajudado a suprimir de nossa memória e de nossas preocupações contemporâneas as funções política, econômica e ideológica cumpridas pelo conhecimento acadêmico para (e em) países desenvolvidos. Reconhecer essa questão é de central importância porque ao longo da história as elites dos países desenvolvidos têm se preocupado em alcançar e deter a liderança e a hegemonia do conhecimento científico em diferentes áreas.

A histórica resistência da academia dos EUA ao ‘estrangeiro’ e o isolamento correspondente na área de administração vieram à tona recentemente devido ao avanço da globalização (WALTERS, 2001; CLEGG; POWER, 1996). O avanço da globalização e alguns eventos recentes fizeram emergir o temor de aprofundamento da aversão local à intensificação da hegemonia do conhecimento

‘made in USA’ em administração. Reações contrárias aos EUA no contexto da globalização – análogas ao movimento ‘cultural’ no Brasil – são problemáticas para as elites porque as mesmas poderiam afetar seriamente o desempenho econômico e político não somente das grandes corporações e da chamada ‘América corporativa’, mas também da academia da administração e das *business schools*.

O que está sendo realçado aqui é que o avanço da hegemonia dos EUA na área de administração no contexto da globalização não tem sido ‘governada’ somente por acadêmicos. Essa questão ajuda a explicar a preocupação de Misoczky e Amantino-de-Andrade em ressaltar referências brasileiras para guiar a crítica em administração no Brasil. Essa questão também ajuda a explicar por que estudos críticos em administração são mais marginais, no que diz respeito à importância relativa no âmbito das *business schools*, nos EUA do que no RU (GREY; WILLMOTT, 2002).

De certa forma a história da crítica em administração nos EUA começa em 1993. O então presidente da *Academy of Management* apontou a crise de relevância da área como o tópico mais importante no pronunciamento dirigido aos membros da associação. Em tom prescritivo e adotando o mundo como foco (ou como ‘mercado’), Hambrick convocou pesquisadores a produzir conhecimento relevante para as grandes organizações. Era urgente reverter a redução de recursos vindos do mundo corporativo para pesquisadores das *business schools* nos EUA.

Each August, we come to talk with each other; during the rest of the year we read each other’s papers in our journals and write our own papers so that we may, in turn, have an audience the following August: an incestuous, closed loop.

Colleagues, if we believe highly in the what we do, if we believe in the significance of the advanced thinking and research on management, then it is time we showed it. We must recognise that our responsibility is not to ourselves, but rather to the institutions around the world that are in dire need of improved management, as well as those individuals who seek to be the most effective managers they possibly can be. It is time for us to break out our closed loop. It is time for us to matter.

[...] The winds of change are sweeping not only through the business world, but also through higher education and business schools. All markets are becoming more and more stringent, including the market

for ideas. Any academic field that is a reluctant wallflower will wilt. Any academic field that exists to satisfy itself and only its own interests will soon have few resources (HAMBRICK, 1994, p. 13; 16).

Esse pronunciamento reflete o aprofundamento de problemas no âmbito institucional de educação e pesquisa em administração nos EUA causado pelo avanço da globalização. Mais especificamente, esse pronunciamento explicita o aprofundamento da crise de ‘governança’ no meio acadêmico, a qual vem sendo protagonizada pela conexão anglo-americana e difundida rapidamente para outros países (SLAUGHTER; LESLIE, 1997).

Os recursos públicos para pesquisa e ensino em administração nos EUA caíram drasticamente desde o início dos anos 1980s. Ademais, políticas públicas elevaram os incentivos para aquelas universidades que produzam conhecimento que tenha valor comercial. Correspondentemente, recursos vindos do setor privado passaram a ser de capital importância para os acadêmicos. A disputa por tais recursos, além de ter ficado extremamente acirrada, vem ocorrendo em cenário de assimetria. Além de ficarem cada vez mais dependentes dos recursos das grandes corporações, as *business schools* passaram a ter que concorrer com as universidades corporativas e as grandes empresas de consultoria (RYNES et al., 2001).

Unlike their many European counterparts, elite US universities are often funded by the private sector. Unlike law, social work and education, business administration is not constructed as a part of ‘public’ societal enterprise and therefore is perhaps less susceptible to critique on grounds of political justice; and, unlike other professional schools, business schools have no state-sanctioned monopoly in certifying professional qualifications and thus compete for resources with ‘corporate universities’ and other education providers (WALSH; WEBER, 2002, p. 405).

Esses problemas de ‘governança’ que foram aprofundados pela globalização – os quais vêm colocando em risco a relevância da academia – são difíceis de resolver nos EUA sem a emergência da crítica e das conexões internacionais. Em outras palavras, esses problemas ajudam a explicar tanto a emergência da crítica em administração quanto os argumentos de que (a) há algo de tolerância e de possível cooptação por trás do processo de aceitação dessa vertente (EDEN, 2003) e (b) estamos lidando com um problema de ‘marketing’ (PARKER, 2002).

A incorporação da crítica não pode ser vista como sendo somente o reflexo de um processo de amadurecimento ‘natural’ da academia de administração liderado

pelos acadêmicos. Tampouco pode ser vista sem crítica a proposta de que a definição do que é crítica venha sendo liderada pela conexão anglo-americana.

A preocupação com a aversão ao que é ‘made in USA’ no contexto da globalização ajuda a explicar por que é tão importante para os organizadores do *Academy of Management* (AoM), por exemplo, fortalecer a Divisão de *International Management* por meio da atração de pesquisadores de outros países – principalmente os periféricos – seja como autores ou como revisores de trabalhos. O fato de que a CMS se tornou a mais internacional dos grupos do AoM – por ter atraído pesquisadores de diversos países que também foram afetados pela intensificação da hegemonia dos EUA nessa área nos últimos quinze anos – também ajuda a explicar o recebimento de status de ‘Grupo de Interesse’ pela AoM em 2002.

No RU, as reservas com relação ao ‘estrangeiro’ também são conhecidas. A histórica batalha com os franceses, por exemplo, se faz presente em diversas áreas do conhecimento acadêmico e não-acadêmico e ajuda a explicar, por exemplo, a resistência dos acadêmicos em administração em reconhecer o trabalho de autores como Foucault e Derrida. O mesmo se aplica de certa maneira aos alemães e, correspondentemente, a dificuldade de aceitar o trabalho de autores como Habermas (ver BURRELL, 1994)

A relação entre EUA e RU, os dois países que lideram a produção e difusão de conhecimento em administração, é um pouco mais complexa. Muitos são os ingleses que não se alinham ao conhecimento produzido em ciências sociais ou em administração nos EUA. Entretanto, não são todos os descontentes. Em realidade, o RU costuma se aproveitar tanto de não estar nem do lado da Europa nem dos EUA quanto de estar do lado da Europa e dos EUA dependendo da situação. Tendo em vista que, em termos gerais, essa ambigüidade tem gerado mais ganhos do que perdas, é grande o número de ingleses que se alinha ao conhecimento produzido em ciências sociais e em administração nos EUA.

No lado dos EUA, a aversão ou o alinhamento aos ingleses não é muito diferente. Apesar de muitos acadêmicos e não-acadêmicos terem reservas com relação aos ingleses, o alinhamento costuma ser vantajoso quando se objetiva reduzir a resistência dos europeus ao que é ‘made in USA’. Correspondentemente, o alinhamento é útil para reduzir as resistências ao ‘made in USA’ em outros países. A globalização tornou mais intensa e complicada essa relação na área da administração devido a duas razões principais: (a) a intensificação de investimentos dos EUA no RU ao longo dos anos 1990, e (b) o elevado volume de investimentos feitos no âmbito das *business schools*.

A emergência da crítica é muito importante para (a) reduzir resistências locais (e movimentos culturais correspondentes) que incluem e afetam acadêmicos e não-acadêmicos, e (b) ajudar a recuperar a relevância da academia da administração frente à crescente concorrência por parte de empresas de consultoria e universidades corporativas e, correspondentemente, proteger os vultosos investimentos feitos nas *business schools* nos últimos anos (o que é mais preocupante nos EUA e no RU do que em outros países).

Meu argumento é que a crítica de Misoczky e Amantino-de-Andrade ao tipo de crítica que se tornou mais importante no RU deveria contemplar mecanismos e instituições que de uma forma ou de outra ‘governam’ a área de administração. Por conseguinte, me concentro na seção seguinte ao entendimento da emergência da crítica no RU.

ENTENDENDO o CMS no RU

Assim como Fournier e Grey (2000), ressalto que as ‘causas’ da emergência do CMS no RU não são facilmente identificáveis. As qualificações de historiador na área de SCC não são facilmente encontradas. Uma das questões é a própria fragilidade da área de SCC. Uma segunda é que história nem detém o status de ciência (WREN, 1987). Uma terceira é o acirrado conflito entre as áreas de sociologia e história na academia (KIESER, 1994).

No início dos anos 1990 algumas coisas importantes aconteceram no RU, e em particular no sistema acadêmico, que merecem destaque. Fournier e Grey ressaltam o quanto a Nova Direita e a Nova Esquerda estavam associadas ao mundo corporativo no contexto sócio-histórico em que o CMS emerge. Os autores também destacam a maior proximidade entre os departamentos de ciências sociais e as *business schools* no RU, em comparação com os EUA.

Após a queda do Muro, e já no contexto da globalização, acadêmicos dos departamentos de ciências sociais no RU sabiam que recursos para pesquisa ficariam ainda mais escassos. Muitos pesquisadores desses departamentos estavam cientes de que era importante mover na direção para onde os recursos para pesquisa estavam sendo direcionados. Na prática, não era necessário caminhar no mesmo sentido (do *mainstream*), mas era fundamental caminhar na mesma direção. Processo similar já havia ocorrido com pesquisadores das áreas de *industrial relations* e *labour process theory* (ver HYMAN, 1987).

Cabe aqui destacar que muitos departamentos de ciências sociais foram desmantelados ao longo do governo Thatcher. As políticas, comprometidas com atividades de ensino e pesquisa voltadas para a indústria, foram alçadas ao status de universidades ao longo do período do Thatcherismo, em consonância com o argumento de que as universidades estavam inchadas e incapacitadas de produzir conhecimento que fosse relevante para o cenário de transformações produzido por aquele governo. Em outras palavras, é fundamental o reconhecimento de agentes e instituições que de uma forma ou de outra ‘governam’ a ciência.

O cenário não mudou muito ao longo do governo de John Major. Ao contrário, é nessa época que se observa o boom das *business schools* e dos investimentos correspondentes no RU, algumas das quais emergindo a partir das políticas. Com a possibilidade da ascensão do *Labour Party*, após décadas fora do comando do governo, havia alguma esperança de transformações estruturais significativas por parte de acadêmicos de ciências sociais que não conheciam em detalhe a constituição e as conexões do chamado *New Labour Party* de Tony Blair. Os mais atentos, já reconhecendo que as grandes transformações sociais não eram mais relevantes para aqueles que eram os mais importantes provedores de recursos para pesquisa, começavam a se aproximar das *business schools*.

Essas escolas ganharam elevado status econômico e político – inimaginável tendo em vista os primeiros passos desse tipo de instituição – e receberam elevados volumes de investimentos. Em seus primeiros anos, mesmo nos EUA, as *business schools* enfrentaram o desdém dentro das universidades por parte dos constituintes dos departamentos de áreas tradicionais. No início eram os praticantes que davam aulas para os aprendizes. Não havia científicidade na área (WENSLEY, 2004). Tratava-se de uma escola de natureza ‘técnica’ acima de tudo. A área era tida como de nível inferior e por isso costumava atrair professores menos qualificados, em geral os que não conseguiram fazer carreira nos departamentos de origem.

Essa bagagem histórica, a qual foi superada mais rapidamente nos EUA após a Segunda Guerra tendo em vista certos interesses políticos e econômicos dos EUA de apoiar e legitimar a constituição e exportação de um certo tipo de capitalismo (LOCKE, 1996), ajuda a explicar, por exemplo, por que as universidades de Cambridge e Oxford somente admitiram a constituição de suas *business schools* em meados dos anos 1990.

No contexto da globalização, reproduzindo o modelo construído nos EUA, as *business schools* no RU tornaram-se particularmente relevantes porque conseguiam atrair recursos para as universidades. Por sua vez essas tinham que disputar com as escolas dos EUA pelos novos clientes, financiadores, patrocinadores ou acionistas. Por sua vez o governo inglês reconhecia a importância

política da área de administração tendo em vista a extraordinária importância das grandes corporações no mundo global.

... contemporary concerns about relevance, configured in the very narrow sense of practical application, arose from a specific set of policy interventions within universities in Britain (and elsewhere) from the 1980s onwards. As part of a wholesale attempt to marketize all aspects of social life, successive governments have sought to make universities more 'entreprising' and commercial. The dramatic expansion of business schools is partly explicable because this was a way for universities to meet these new demands (GREY, 2001, p. s29).

Correspondentemente, para alguns pesquisadores, uma das preocupações centrais é o futuro das *business schools* no RU, não necessariamente o futuro da crítica em administração. Martin Parker, por exemplo, alerta que o projeto de micro-emancipação do CMS levaria a um fim que não é interessante nem para acadêmicos nem para aqueles que investem ou investiram nas *business schools*.

When the B-schools become empty, when the corridors contain dead leaves and the roofs leak, then they will be converted to sociology departments or housing for the elderly and CMS will have done its job [but] if the limit of your ambition is to put yourself out of a job, the prospects ... do not seem to be bright (PARKER, 2002, p. 132).

Comprometido com o propósito de ampliação do papel do CMS dentro das *business schools* no RU e com a ampliação do mercado de trabalho para pesquisadores críticos por meio da constituição do CME (*critical management education*) como recurso para a revitalização das *business schools*, Grey (2004) rejeita o prognóstico de Martin Parker a respeito do ocaso dessa instituição:

That is not my ambition – either for myself or for business schools. Management is, and will likely remain, central to social and economic well-being in some form or other. It seems to me that business schools are very much the place where complex ideas and complex practices can meet for the general good. The CME concern with existing management education is that its ideas are nowhere near complex enough, relying as they do on a highly disputed, if not discredited, model of knowledge, knowledge application, and education; that as a result they are out of step with the complexities of practice and that they are far too little concerned with the general good (GREY, 2004, p. 185).

Nos EUA o cenário é de certa forma similar. Uma diferença importante é que não se cogita nos EUA que qualquer abordagem crítica levaria ao ocaso das *business schools*. O custo de uma abordagem mais radical, que se oponha frontalmente às instituições de *business*, seria a posição marginal da crítica dentro do sistema das *business schools*.

If CM scholars believe that a new agenda is to be rooted in an antagonistic stance toward business practice, then the chances are slim that they will have much influence in setting this new agenda. CMS will remain at the periphery, sensitizing rather than shaping the mainstream. If 'critters' can put forward a positive research and teaching agenda, however, they just might emerge as leaders of the Academy of Management (and management education more broadly). A move to the core is quite possible. But this move requires a departure. CMS must add construction to deconstruction, problem-solving to problematizing, and prescription to reflexivity (WALSH; WEBER, 2002, p. 409).

Em outras palavras, há muitas coisas em jogo que deveriam/poderiam ter sido discutidas no texto de Misoczky e Amantino-de-Andrade. As disputas estão longe de ser resolvidas e isso tem a ver não somente com tais questões, mas também com a complexa e ambígua relação entre o RU e os EUA. Stephen Böhm e outros editores do *ephemera*, irritados e desiludidos com as disputas e diálogos entre os críticos tanto no RU quanto na interface RU-EUA, acabam de mudar o subtítulo do periódico. Ao invés de ‘critical dialogues on organization’, o subtítulo passou a ser ‘theory & politics in organization’.

*Too often critique simply works as a safety valve; too often it becomes a logo. Indeed, we have seen an explosion of this logo in recent years: there are Critical Management Studies conferences and critical journals appearing everywhere. It seems as if there is a critical bandwagon that everybody feels they need to jump onto. But how much has the 'critical' logo really changed; how critical has our critique really been? We feel that too often the 'critical' signifier simply stands in for any real critique to be practiced. It is before this background that the editorial collective of *ephemera* has decided to change the subtitle of the journal. A minor gesture, perhaps. But also significant in the sense that through this gesture we are not simply getting rid of critique but, instead, affirming the tradition of critique (BÖHM; SPOELSTRA, 2004, p. 100).*

Essa modificação sinaliza que pesquisadores críticos têm que 'gerenciar' três questões de central importância: (a) os vultosos investimentos nas (e das) *business schools* no RU e nos EUA serão preservados, (b) a crítica em administração não 'pertence' somente aos acadêmicos, (c) os acadêmicos de *business schools* que se dizem críticos não estão necessariamente comprometidos com práticas revolucionárias.

Em suma, o editorial desses autores parece dizer que a questão central para pesquisadores em *business schools* mais comprometidos com a vertente radical da crítica não é disputar pela definição 'teórica' do que é crítica. Na prática, a questão central é reconhecer que a dimensão acadêmica e a dimensão ativista ou política da crítica devem ser conduzidas em paralelo e mobilizadas dentro e fora do meio acadêmico.

TENTANDO UM 'FECHAMENTO'

Podemos afirmar que a crítica em administração é uma realidade nos âmbitos da pesquisa e da educação em administração. Por conseguinte, ainda que o resultado final desse processo no contexto anglo-americano seja de difícil previsão – em especial porque depende dos desdobramentos da globalização e de outros agentes que de uma forma ou de outra 'governam' a ciência da administração – é fundamental a promoção de reflexões e ações específicas no Brasil, tais como aquelas iniciadas pelas autoras.

Um ponto que gostaria de chamar a atenção é que a prescrição do que é crítica ou não pode fazer mais parte do problema do que da solução. A disputa que se observa no contexto anglo-americano pela palavra final sobre o que é crítica – e, consequentemente, sobre o que deve ser incluído e excluído – deve ser vista com atenção e cautela. Primeiro, porque o caráter situacional ou local do conhecimento científico deve ser contemplado. Segundo, porque conhecimento científico em administração tem funções políticas, econômicas e ideológicas para as elites dos países mais desenvolvidos que devem ser problematizadas tanto por pesquisadores em países menos desenvolvidos quanto pelas instituições locais que fazem parte do complexo sistema de 'governança' da área. Terceiro, porque a definição precisa do que é crítica pode politizar em demasia a academia e transformar essa vertente em um alvo fácil tanto para 'inimigos' quanto para 'aliados'.

Finalmente, ressalto a necessidade de uma abordagem realista da prática da crítica. Na prática da crítica, costuma ser muito difícil integrar diferentes interesses e significados em torno de uma única possibilidade – a não ser quando essa prática se restringe a professores e alunos, tal como observado na academia francesa no final dos anos 1960 ou no período de emergência da primeira geração da Escola de Frankfurt. Como sugerido nesse comentário, na prática, não é muito fácil o consenso quanto a quem é exatamente a vítima, quem é exatamente o inimigo ou o aliado, e quais interesses devem ser privilegiados, quando e como.

REFERÊNCIAS

- | | |
|---|---|
| ADLER, P.
Critical in the name of whom or what? Organization , v. 9, p. 387-395, 2002. | Management Review , v. 16, n. 2, p. 262-290, 1991. |
| ALVESSON, M.;
WILLMOTT, H.
On the idea of emancipation in management and organization studies. Academy of Management Review , v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992. | BURRELL, G.
Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis 4: the contribution of Jurgen Habermas. Organization Studies , v. 15, n. 1, p. 1-19, 1994. |
| BÖHM, S.;
SPOELSTRA, S.
No critique. Ephemera , v. 4, n. 2, p. 94-100, 2004. | CALDAS, M.;
WOOD Jr., T.
For the English to See: the Importation of Managerial Technology in Late 20 th -century Brazil. Organization , v. 4, p. 517-534, 1997. |
| BOYACIGILLER, N.;
ADLER, N.
The parochial dinosaur: organizational science in a global context. Academy of | CLEGG, S.;
PALMER, G. (Eds.)
The politics of management knowledge . London: Sage, 1996. |

-
- EDEN, D.
From the Editors – Critical Management Studies and the Academy of Management Journal: challenge and counterchallenge. **Academy of Management Journal**, v. 46, n. 4, p. 390-394, 2003.
- FEATHERSTONE, M.
Cultura Global – Nacionalismo, Globalização e Modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- FOURNIER, V.;
GREY, C.
At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. **Human Relations**, v. 53, n. 1, p. 7-32, 2000.
- GREY, C.;
WILLMOTT, H.
Context of CMS. **Organization**, v. 9, n. 3, p. 411-418, 2002.
- GREY, C.
Re-imagining Relevance: a response to Starkey and Madan. **British Journal of Management**, v. 12, special issue, p. s27-s32, 2001.
- Reinventing Business Schools: the contribution of critical management education.
- Academy of Management Learning and Education**, v. 3, n. 2, p. 178-186, 2004.
- HAMMERSLEY, M.
The Politics of Social Research. London: Sage, 1995.
- HYMAN, R.
Strategy or Structure? Capital, Labour and Control. **Work, Employment and Society**, v. 1, n. 1, 1987.
- KIESER, A.
Why Organization Theory Needs Historical Analyses – And How This Should be Performed. **Organization Science**, v. 5, n. 4, p. 609-620, 1994.
- LATOUR, B.
Science in Action. Cambridge, MA: Harvard University, 1987.
- LOCKE, R.
The Collapse of the American Management Mystique. Oxford: Oxford University, 1996.
- MISOCZKY, M.
Leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze: indicações para o primado das relações nos estudos organizacionais. In: VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

-
- MOTTA, F.;
CALDAS, M. (Eds.)
Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.
- PARKER, M.
Against Management. London: Polity, 2002.
- RODRIGUES, S.;
CARRIERI, A.
A tradição Anglo-Saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, p. 81-102, 2001.
- RYNES, S.;
BARTUNEK, J.;
DAFT, R.
Across the Great Divide: knowledge creation and transfer between practitioners and academics. **Academy of Management Journal**, v. 44, n. 2, p. 340-355, 2001.
- SHAPIN, S.
Here and everywhere: Sociology of Scientific Knowledge. **Annual Review of Sociology**, v. 21, p. 289-321, 1995.
- SLAUGHTER, S.;
LESLIE, L.
Academic capitalism. Baltimore: John Hopkins, 1997.
- WALSH, J.;
WEBER, K.
Critical Management Studies in the American Academy of Management. **Organization**, v. 9, n. 3, p. 402-410, 2002.
- WALTERS, P.
Research at the “margin” – Challenges for scholars working outside the “American-European” domain. **International Marketing Review**, v. 18, p. 468-473, 2001.
- WENSLEY, R.
Isabella Beeton: management lessons from the kitchen. **Business Strategy Review**, v. 15, n. 3, p. 66-72, 2004.
- WREN, D.
Management History: issues and ideas for teaching and research. **Journal of Management**, v. 13, n. 2, p. 339-350, 1987.
- ZALD, M.
Spinning Disciplines: critical management studies in the context of the transformation of management education. **Organization**, v. 9, n. 3, p. 365-385, 2002.